

Aula Extra

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

09 de Julho de 2025

Índice

1) Introdução - Caderno de Jurisprudência	3
2) Caderno de Jurisprudência - Administração Pública	4
3) Caderno de Jurisprudência - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	11
4) Caderno de Jurisprudência - Direitos Políticos	21
5) Caderno de Jurisprudência - Direitos Sociais	23
6) Caderno de Jurisprudência - Funções Essenciais à Justiça	26
7) Caderno de Jurisprudência - Poder Judiciário	29
8) Caderno de Jurisprudência - Princípios Fundamentais	34



INTRODUÇÃO

O presente caderno contém a jurisprudência que julgamos ser interessante o aluno levar à prova, considerando o nível de dificuldade do concurso.

Recomendamos o estudo da presente jurisprudência não apenas por terem chances de cair em prova, mas, principalmente, **por serem uma forma de o aluno entender e fixar melhor o próprio teor da literalidade dos dispositivos normativos e os conceitos doutrinários.**

Lembramos que a jurisprudência mais básica já se encontra no roteiro de revisão, então **no presente caderno é disponibilizada uma jurisprudência de segundo nível de importância.**

Portanto, orientamos que o estudo da presente jurisprudência ocorra em uma fase mais avançada, quando o aluno já efetuou algumas revisões da matéria. Inclusive, um bom conhecimento das normas, da doutrina e da jurisprudência básica será necessário para que o estudo da jurisprudência presente neste caderno seja eficiente.

Bons estudos!



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CADERNO DE JURISPRUDÊNCIA

Princípios expressos da Administração Pública

Publicidade

Divulgação da remuneração de servidores públicos em sítio eletrônico da internet

O Supremo Tribunal Federal entende que a divulgação nominal da remuneração de autoridades e servidores públicos em sítio eletrônico da internet não viola sua intimidade, vida privada e segurança pessoal e familiar a ponto de ser considerada ilícita, devendo prevalecer o princípio da publicidade¹.

JURISPRUDÊNCIA

"A divulgação da remuneração bruta dos cargos e funções titularizados por servidores públicos, com seu nome e lotação, consubstancia informação de interesse coletivo ou geral, "sem que a intimidade deles, vida privada e segurança pessoal e familiar se encaixem nas exceções de que trata a parte derradeira do mesmo dispositivo constitucional (inciso XXXIII do art. 5º)"².

Cumprir destacar que a Corte considerou lícita a divulgação do nome e da remuneração do agente público, mas não de seu CPF, identidade e endereço residencial.

Agentes Públicos

Forma e requisitos de acesso a cargos, empregos e funções públicas

- Os requisitos de acesso aos cargos, empregos e funções públicas (art. 37, inciso I da CF/88) **devem estar previstos em lei**, ou seja, o edital de um concurso público não pode inovar e exigir determinados requisitos como, por exemplo, limite de idade, sem previsão legal. Nesse sentido:

JURISPRUDÊNCIA

*"O limite de **idade** para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido"*³.

¹ STF, SS 3.902 AgR segundo, rel. min. Ayres Britto, j. 9/6/2011, P, DJE de 3/10/2011; = RE 586.424 ED, rel. min. Gilmar Mendes, j. 24-2-2015, 2ª T, DJE de 12-3-2015.

² STF – SS 3.902 AgR.

³ STF – Súmula 683.



*"a imposição de discrimen de **gênero**, para fins de concurso público, só é compatível com a Constituição nos excepcionais casos em que reste inafastável a fundamentação proporcional e a legalidade da imposição"*⁴.

*"Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público"*⁵.

*Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.*⁶

*"... somente se afigura constitucional a fixação de idade mínima em edital de concursos públicos quando respaldada por lei e justificada pela natureza das atribuições do cargo."*⁷

- O STF entende que é admissível política de reserva de vagas em concurso público para candidatas do sexo feminino, desde que não se incorra em restrição à sua participação, sendo-lhes assegurado o direito de concorrer à totalidade das vagas oferecidas nos certames, para além da reserva percentual (por exemplo: 10%) de vagas exclusivas⁸.

Caso ocorra restrição à participação de candidatas do sexo feminino, há inconstitucionalidade da lei. Nesse sentido, o STF entendeu que é inconstitucional lei federal que limita em até 10% do efetivo o número de mulheres na Polícia Militar do DF e permite que o comandante-geral da PM fixe o percentual de mulheres para cada concurso, em razão de afrontar os ditames constitucionais quanto à igualdade de gênero e o princípio da igualdade, que garante os mesmos direitos e obrigações aos homens e mulheres (art. 5º, I, da CF/1988), proibindo a diferenciação de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX, da CF/1988).⁹

- O STF entendeu que é constitucional lei distrital que estabelece a obrigatoriedade de: (i) serem mantidas, no mínimo, 5% (cinco por cento) de pessoas com idade acima de quarenta anos, obedecido o princípio do concurso público, nos quadros da Administração Pública direta e indireta; e (ii) ser firmada cláusula, nas licitações para contratação de serviços com fornecimento de mão de obra, que assegure o mínimo de 10% (dez por cento) das vagas a pessoas com mais de quarenta anos.

Na mesma ocasião, o Supremo entendeu que:

⁴ STF – RE 528.684/MS.

⁵ STF – Súmula Vinculante 44.

⁶ STF – Súmula 14

⁷ STF - ARE nº 678.112/MG

⁸ STF – ADI 7492

⁹ STF - ADI 7433 MC-Ref / DF



- a) não há invasão à seara do regramento geral sobre licitações e contratos estabelecido pela União, mas se trata precipuamente de política pública de pleno emprego, através da reserva de vagas, visando o desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal;
- b) se trata de regra que personaliza o procedimento licitatório do Distrito Federal, obrigando a inclusão de determinada cláusula em suas contratações, a partir do que se encontra dentro do espaço de conformação legislativa dos Estados-membros;
- c) a fixação de um percentual mínimo de contratação pelo poder público de empregados com mais de quarenta anos não é matéria relativa à relação empregatícia e, portanto, não se encontra regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas;
- d) ações afirmativas antidiscriminatórias e a elaboração de políticas públicas que promovam o pleno emprego estão compreendidas no plexo de competências comuns dos entes federativos;
- e) se verifica presente a correlação lógica entre o fator de discriminação e o fim perseguido, qual seja, o desenvolvimento econômico e social em âmbito local, eis que visa minimização do desemprego entre os adultos na faixa dos quarenta anos, os quais seriam pouco aproveitados pela iniciativa privada e não contemplados pelas políticas de incentivo à contratação jovem nem pelas políticas de proteção às pessoas idosas¹⁰.

- A regra geral é que será no ato da posse, e não da inscrição do concurso público, a exigência de habilitação para o exercício do cargo (entendimento do STF e STJ)¹¹, tendo como exceções as seguintes:

- a) será na data da inscrição definitiva no concurso público a comprovação de 3 anos de atividade jurídica para os cargos de juiz e membros do Ministério Público (art. 23, § 1º da Resolução CNJ nº 75/2009);
- b) em concurso para policial militar, "a comprovação do requisito etário deve ocorrer no momento da inscrição do certame"¹².

- Um percentual dos cargos e empregos públicos deve **ser reservado para as pessoas portadoras de deficiência** (art. 37, inciso VIII da CF/88). Nesse sentido:

JURISPRUDÊNCIA

*"O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes"*¹³.

¹⁰ STF - ADI 4082

¹¹ STF – ARE-AgR 728.049/RJ. STJ – Súmula 266.

¹² STF – ARE 685870 MG.

¹³ STF – Súmula 377.



Concurso público

JURISPRUDÊNCIA

*"é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido"*¹⁴.

*"A transformação de carreira de nível médio em outra de nível superior, com atribuições distintas, constitui forma de provimento derivado vedada pelo art. 37, II, da CF/88."*¹⁵

*"É materialmente inconstitucional dispositivo de Constituição Estadual que estabeleça a possibilidade de contratação direta e genérica de serviços de representação judicial e extrajudicial, por ferir a regra constitucional de concurso público. (...) Realizada a opção política municipal de instituição de órgão próprio de procuradoria, a composição de seu corpo técnico está vinculada à incidência das regras constitucionais, dentre as quais o inafastável dever de promoção de concurso público (artigo 37, inciso II, da Constituição Federal) [ressalvadas as situações excepcionais situações em que também à União, aos Estados e ao Distrito Federal pode ser possível a contratação de advogados externos, conforme os parâmetros reconhecidos pela jurisprudência do STF]."*¹⁶

*É inconstitucional, por dispensar o concurso público, a reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos diversos, quando a nova carreira tiver atribuições e responsabilidades diferentes dos cargos originais."*¹⁷

*É inconstitucional o aproveitamento de servidor, aprovado em concurso público a exigir formação de nível médio, em cargo que pressuponha escolaridade superior."*¹⁸

*É constitucional a regra inserida no edital de concurso público, denominada cláusula de barreira, com o intuito de selecionar apenas os candidatos mais bem classificados para prosseguir no certame."*¹⁹

Direitos de associação sindical e de greve dos servidores públicos

JURISPRUDÊNCIA

¹⁴ STF – Súmula 685.

¹⁵ STF – ADI 7229/AC

¹⁶ STF - ADI 6331/PE

¹⁷ STF – Tema 667

¹⁸ STF – Tema 697

¹⁹ STF – RE 635739 / AL



*"A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público"*²⁰.

"1 - O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

*2 - É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do CPC, para vocalização dos interesses da categoria"*²¹.

Remuneração dos agentes públicos e acumulação de cargos públicos

JURISPRUDÊNCIA

*São inconstitucionais leis estaduais de iniciativa do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, da Procuradoria-Geral de Justiça, do Tribunal de Contas e da Mesa da Assembleia Legislativa que têm como objetivo aumento remuneratório visando recuperar a perda do poder aquisitivo da moeda, por vício de iniciativa, já que tal competência é do Chefe do Poder Executivo (art. 38 inciso X, c/c alínea "a", do inciso II, do § 1º, do art. 61 da CF/1988).*²²

*"Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário-mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial"*²³.

*"Não cabe ao poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia"*²⁴.

*"O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos"*²⁵.

*"Não ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos"*²⁶.

"No que respeita ao subteto dos servidores estaduais, a Constituição estabeleceu a possibilidade de o Estado optar entre: a definição de um subteto por poder, hipótese em que o teto dos servidores da Justiça corresponderá ao subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça (art. 37, XI, CF, na redação da Emenda Constitucional 41/2003); e a definição de um subteto único, correspondente ao

²⁰ STF – RE 693.456/RJ.

²¹ STF – ARE 654.432.

²² STF - ADI 5.562/RS

²³ STF – Súmula Vinculante 4.

²⁴ STF – Súmula Vinculante 37.

²⁵ STF – Súmula Vinculante 55.

²⁶ STF – Súmula 682.



subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, para todo e qualquer servidor de qualquer poder, ficando de fora desse subteto apenas o subsídio dos Deputados (art. 37, § 12, CF, conforme redação da Emenda Constitucional 47/2005). Inconstitucionalidade da desvinculação entre o subteto dos servidores da Justiça e o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça. Violação ao art. 37, XI e § 12, CF. Incompatibilidade entre a opção pela definição de um subteto único, nos termos do art. 37, § 12, CF, e definição de "subteto do subteto", em valor diferenciado e menor, para os servidores do Judiciário. Tratamento injustificadamente mais gravoso para esses servidores. Violação à isonomia"²⁷.

"Nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público"²⁸.

"As hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal"²⁹.

A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva³⁰. O STF vem determinando, em sede de mandado de injunção, a aplicação temporária ao setor público, no que couber, da lei de greve vigente no setor privado, em razão da inexistência, até hoje, da lei regulamentadora do direito de greve dos servidores públicos³¹.

Estabilidade dos servidores efetivos

JURISPRUDÊNCIA

"Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade"³².

"O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo"³³.

- Ainda que os empregados públicos concursados não gozem da estabilidade prevista no art. 41 da CF/88, a sua demissão deve ser devidamente motivada, não sendo necessário procedimento administrativo, mas apenas ato formal que indique claramente, ainda que de forma simples, as razões da demissão³⁴:

²⁷ STF – ADI 4.900.

²⁸ STF – REs 602043 e 612975.

²⁹ STF – ARE 1.246.685/RJ.

³⁰ STF – Súmula 679.

³¹ STF – MI 670/ES, dentre outros.

³² STF – Súmula 21.

³³ STF – Súmula 22.

³⁴ STF – RE 688267



JURISPRUDÊNCIA

"As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista".



DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

CADERNO DE JURISPRUDÊNCIA

Catálogo dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º, *caput* e incisos I a LXXIX da CF/88

Direitos fundamentais básicos (*caput*)

JURISPRUDÊNCIA

"(I) A vacinação compulsória não significa vacinação forçada, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente.

(II) Tais medidas, com as limitações expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência"¹.

"A busca pessoal independente de mandado judicial deve estar fundada em elementos indiciários objetivos de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, não sendo lícita a realização da medida com base na raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física."²

Princípio da igualdade (*caput* e inciso I)

JURISPRUDÊNCIA

"Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial"³.

"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia"⁴.

¹ STF – ADIs 6586 e 6587.

² STF - HC 208240 / SP

³ STF – Súmula Vinculante 6.

⁴ STF – Súmula Vinculante 37.



Vedação à tortura e ao tratamento desumano ou degradante (inciso III)

JURISPRUDÊNCIA

*"Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado"*⁵.

Liberdade de expressão (incisos IV, V, IX e XIV)

JURISPRUDÊNCIA

*"São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato"*⁶.

*Não caracteriza censura resolução do TSE que proíbe a divulgação ou compartilhamento de informações falsas ou gravemente descontextualizadas (combate à desinformação – "fake news"), quando o controle feito pelo ato normativo é realizado após a constatação do fato e a aplicação é restrita ao período eleitoral*⁷.

Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (incisos VI a VIII)

JURISPRUDÊNCIA

*"**É constitucional** a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, tenha sido incluída no plano nacional de imunizações; ou tenha sua aplicação obrigatória decretada em lei; ou seja objeto de determinação da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar"*⁸.

*"É **inconstitucional**, por ofensa aos princípios da isonomia, da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, **norma que obrigue a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso** em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais"*⁹.

*"É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível."*¹⁰

⁵ STF – Súmula Vinculante 11.

⁶ STJ – Súmula 37.

⁷ STF – ADI 7261 MC / DF

⁸ STF – ARE 1267879

⁹ STF – ADI 2530/DF

¹⁰ STF - RE 859376



Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (inciso X)

JURISPRUDÊNCIA

São constitucionais normas editadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que obrigam instituições financeiras a fornecerem aos estados informações relacionadas às transferências e aos pagamentos realizados por clientes em operações eletrônicas com recolhimento do ICMS (como "pix" e cartões de débito e crédito), pois não se caracteriza quebra de sigilo bancário o acesso, pelas autoridades fiscais, a dados de caráter sigiloso fornecidos por instituições financeiras e de pagamento, no interesse da arrecadação e fiscalização tributária. Ausência de violação aos direitos fundamentais à intimidade, à privacidade e ao sigilo de dados pessoais (CF/1988, art. 5º, X e XII) .¹¹

Inviolabilidade das correspondências e das comunicações (inciso XII)

JURISPRUDÊNCIA

"No processo eleitoral, é ilícita a prova colhida por meio de gravação ambiental clandestina, sem autorização judicial e com violação à privacidade e à intimidade dos interlocutores, ainda que realizada por um dos participantes, sem o conhecimento dos demais. - A exceção à regra da ilicitude da gravação ambiental feita sem o conhecimento de um dos interlocutores e sem autorização judicial ocorre na hipótese de registro de fato ocorrido em local público desprovido de qualquer controle de acesso, pois, nesse caso, não há violação à intimidade ou quebra da expectativa de privacidade "¹²

São constitucionais as normas do Código do Processo Penal (CPP) que autorizam delegados de polícia e membros do Ministério Público a requisitarem o repasse de dados cadastrais a operadoras de celular, mesmo sem autorização judicial, e regra que permite a requisição, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática para que disponibilizem imediatamente sinais, informações e outros dados que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos, enfatizando que tais dados devem ser utilizados exclusivamente em investigações sobre os crimes de cárcere privado, redução à condição análoga à de escravo, tráfico de pessoas, sequestro-relâmpago, extorsão mediante sequestro e envio ilegal de criança ao exterior, já que os crimes relacionados ao tráfico de pessoas são graves e precisam ser investigados de forma rápida, já que há risco de que a vítima perca a vida ou seja levada para fora do país.¹³

Liberdade de atividade profissional (inciso XIII)

O STF¹⁴ entendeu ser inconstitucional resolução do Conselho Federal de Enfermagem que exigia a quitação de anuidades para que profissionais obtivessem a inscrição, segunda via e renovação da carteira profissional, por restar entendido que a medida criou punição política como meio coercitivo indireto para pagamento de tributo e representava violação ao direito constitucional do

¹¹STF - ADI 7276 / DF

¹² STF - RE 1040515

¹³ STF - ADI 5.642

¹⁴ STF - RE 647885/RS



livre exercício de trabalho, uma vez que a inscrição no Conselho é um requisito indispensável para o exercício regular da enfermagem e de suas atividades auxiliares.

Liberdade de locomoção (inciso XV)

JURISPRUDÊNCIA

"É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo"¹⁵.

"É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos"¹⁶.

Liberdade de reunião (inciso XVI)

JURISPRUDÊNCIA

"A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local"¹⁷.

Direito de associação (incisos XVII a XXI)

JURISPRUDÊNCIA

"A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes"¹⁸.

Direito à informação (inciso XXXIII)

JURISPRUDÊNCIA

"É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa"¹⁹.

"O Verbete 14 da Súmula Vinculante do Supremo não alcança sindicância administrativa objetivando elucidar fatos sob o ângulo do cometimento de infração administrativa"²⁰.

Direito de petição (inciso XXXIV, alínea "a")

JURISPRUDÊNCIA

¹⁵ STF – Súmula 70.

¹⁶ STF – Súmula 323.

¹⁷ STF – RE 806.339.

¹⁸ STF – Súmula 629.

¹⁹ STF – Súmula Vinculante 14.

²⁰ STF – Rcl 10.771 AgR.



"É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo"²¹.

Princípio da inafastabilidade de jurisdição (inciso XXXV)

JURISPRUDÊNCIA

"É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário"²².

"Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa"²³.

Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito – garantia da irretroatividade das leis (inciso XXXVI)

JURISPRUDÊNCIA

"A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado"²⁴.

Júri popular (inciso XXXVIII)

JURISPRUDÊNCIA

"A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual"²⁵.

"A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do tribunal do júri"²⁶.

"A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada".²⁷

Princípios da irretroatividade da lei penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (inciso XL)

JURISPRUDÊNCIA

"A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência"²⁸.

²¹ STF – Súmula Vinculante 21.

²² STF – Súmula Vinculante 28.

²³ STF – Súmula 667.

²⁴ STF – Súmula 654.

²⁵ STF – Súmula Vinculante 45.

²⁶ STF – Súmula 603.

²⁷ STF – RE 1235340. Tema 1068.

²⁸ STF – Súmula 711.



Mandados de criminalização (incisos XLI a XLIV)

- Maconha: entendimento do STF sobre a diferenciação entre usuário e traficante

O STF²⁹ entende que embora seja proibido, **não comete infração penal** quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, a substância **cannabis sativa**, sem prejuízo do reconhecimento da ilicitude extrapenal da conduta, com **apreensão da droga** e aplicação de sanções de **advertência sobre os efeitos dela** e **medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo**.

Deve ser presumido **usuário** quem, para consumo próprio, adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo **até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas-fêmeas**, até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito, nos termos do § 2º do artigo 28 da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas).

Além disso, essa presunção (de usuário) é **relativa**, não estando a autoridade policial e seus agentes impedidos de realizar a prisão em flagrante por tráfico de drogas, **mesmo para quantidades inferiores ao limite acima estabelecido, quando presentes elementos que indiquem intuito de mercancia**, como a forma de acondicionamento da droga, as circunstâncias da apreensão, a variedade de substâncias apreendidas, a apreensão simultânea de instrumentos como balança, registros de operações comerciais e aparelho celular contendo contatos de usuários ou traficantes.

Por outro lado, a apreensão de quantidades **superiores** aos limites ora fixados **não impede** o juiz de concluir que a **conduta é atípica**, apontando nos autos prova suficiente da condição de usuário.

Princípio da individualização da pena (inciso XLVI)

JURISPRUDÊNCIA

*"Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico"*³⁰.

Penas inaplicáveis (inciso XLVII)

JURISPRUDÊNCIA

²⁹STF - RE 635.659 (Tema 506)

³⁰ STF – Súmula Vinculante 26.



A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS³¹.

Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória³².

É inconstitucional lei estadual que impede militares estaduais afastados pela prática de falta grave de prestarem concurso público sem estipular prazo máximo para a sanção, uma vez que se caracterizaria penalidade administrativa de caráter perpétuo, o que é inadmissível à luz do art. 5º, XLVII, "b", da Constituição Federal.³³

Garantias do contraditório e da ampla defesa (inciso LV)

JURISPRUDÊNCIA

"Nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão"³⁴.

"A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição"³⁵.

"É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa"³⁶.

"É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo"³⁷.

"É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário"³⁸.

³¹ STF – Súmula Vinculante 56.

³² STF – Súmula 716.

³³ STF – ADI 2893/PE

³⁴ STF – Súmula Vinculante 3.

³⁵ STF – Súmula Vinculante 5.

³⁶ STF – Súmula Vinculante 14.

³⁷ STF – Súmula Vinculante 21.

³⁸ STF – Súmula Vinculante 28.



Inadmissibilidade das provas ilícitas (inciso LVI)

Excepcionalmente, é possível a admissão no processo de provas obtidas por meios ilícitos, em situações em que se mostra necessário garantir-se as liberdades públicas, a dignidade da pessoa humana e a legítima defesa.

Nesse sentido, como já exposto, o STF entendeu ser válida a prova obtida mediante a violação de encomenda postada pelo Correio, desde que haja indícios de prática de atividades ilícitas, uma vez que o direito ao sigilo da correspondência não é absoluto e deve ser equilibrado com o interesse do poder público de reprimir condutas criminosas. No caso, foi firmada a seguinte tese de repercussão geral³⁹:

JURISPRUDÊNCIA

"1. Sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo, salvo se ocorrida em estabelecimento penitenciário, quando houver fundados indícios da prática de atividades ilícitas.

2. Em relação à abertura de encomendas postadas nos Correios, a prova somente será lícita quando houver fundados indícios da prática de atividades ilícitas, formalizando-se as providências adotadas para fins de controle administrativo ou judicial."

Demais direitos dos presos (incisos LXII a LXV)

JURISPRUDÊNCIA

*"Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado"*⁴⁰.

Prisão civil por dívida (inciso LXVII)

JURISPRUDÊNCIA

*"É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito"*⁴¹.

Gratuidade do habeas corpus, habeas data e dos atos de exercício da cidadania (inciso LXXVII)

JURISPRUDÊNCIA

³⁹ STF – RE 1116949 ED/PR.

⁴⁰ STF – Súmula Vinculante 11.

⁴¹ STF – Súmula Vinculante 25.



"É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente, nos termos da legislação de regência"⁴².

Remédios constitucionais (art. 5º, incisos LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII e LXXVII)

Habeas corpus (inciso LXVIII)

- Outras situações em que não é cabível HC (além das mencionadas no roteiro de revisão):

- a) em favor de pessoa jurídica⁴³;
- b) para impugnar decisões do STF (Plenários, Turma e até decisões monocráticas)⁴⁴;
- c) para impugnar determinação de suspensão de direitos políticos ou discutir a condenação imposta em processo de *impeachment*;
- d) para impugnar pena em processo administrativo disciplinar ou para sustar o andamento do correspondente processo administrativo⁴⁵;
- e) para impugnar quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico, caso pena privativa de liberdade não seja o possível resultado de tais medidas;
- f) para discutir o mérito das punições disciplinares militares (mas a legalidade de tais punições pode ser questionada)⁴⁶;
- g) contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada⁴⁷;
- h) contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública⁴⁸;
- i) quando já extinta a pena privativa de liberdade⁴⁹;

⁴² STF – RE1018911/RR

⁴³ STF – HC 92.921/BA.

⁴⁴ STF – HC 10.959/DF.

⁴⁵ STF – HC 100.664/DF.

⁴⁶ STF – HC 70.648/RJ.

⁴⁷ STF – Súmula 693.

⁴⁸ STF – Súmula 694.

⁴⁹ STF – Súmula 695.



j) contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito⁵⁰.

Mandados de segurança individual e coletivo (incisos LXIX e LXX)

JURISPRUDÊNCIA

"Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança"⁵¹.

"Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial"⁵².

"Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança"⁵³.

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais"⁵⁴.

"O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança"⁵⁵.

"Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria"⁵⁶.

"Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança"⁵⁷.

⁵⁰ STF – Súmula 692.

⁵¹ STF – Súmula 625.

⁵² STF – Súmula 510.

⁵³ STF – Súmula 430.

⁵⁴ STF – Súmula 624.

⁵⁵ STF – Súmula 269.

⁵⁶ STF – Súmula 271.

⁵⁷ STF – Súmula 512.



DIREITOS POLÍTICOS

CADERNO DE JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA

*"A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º, do artigo 14 da Constituição Federal"*¹.

*O enunciado da Súmula Vinculante 18 não é aplicável no caso de extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges*².

*A Lei Complementar 135/2010 ("Lei da Ficha Limpa") é constitucional e pode ser aplicada a atos e fatos ocorridos anteriormente à sua vigência*³.

*São inconstitucionais as disposições legais que permitem contribuições de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais e partidos políticos*⁴.

*A expressão "sem individualização dos doadores", constante do parágrafo 12 do artigo 28 da Lei Eleitoral, acrescentado pelo artigo 2º da Lei Federal 13.165/2015 (que instituiu as chamadas "doações ocultas", aquelas em que não é possível identificar o vínculo entre doadores e candidatos) retira transparência do processo eleitoral, frustra o exercício adequado das funções da Justiça Eleitoral e impede que o eleitor exerça com pleno esclarecimento seus direitos políticos*⁵.

*A regra de suspensão dos direitos políticos prevista no art. 15, III, é autoaplicável, pois trata-se de consequência imediata da sentença penal condenatória transitada em julgado. A autoaplicação independe da natureza da pena imposta. A opção do legislador constituinte foi no sentido de que os condenados criminalmente, com trânsito em julgado, enquanto durar os efeitos da sentença condenatória, não exerçam os seus direitos políticos*⁶.

*"Não contraria o § 7º do art. 14 da Constituição da República a prática de ocupação do cargo de Presidente das Casas Legislativas (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) por cônjuge, companheiro ou parente direto ou colateral, até o segundo grau, do Chefe do Poder Executivo do respectivo ente federado pela ausência de previsão constitucional nesse sentido."*⁷

"A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15 inciso III da Constituição Federal - condenação criminal transitada em julgado enquanto durarem seus efeitos - não impede a nomeação e posse de

¹ STF – Súmula Vinculante 18.

² STF – RE 758.461/PB.

³ STF – ADC 29/DF.

⁴ STF – ADI 4.650/DF.

⁵ STF – ADI 5394.

⁶ STF – RE 601182

⁷ STF – ADPF 1.089



candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (Constituição Federal, artigo 1º, incisos III e IV) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do Juízo de Execuções, que analisará a compatibilidade de horários”.



DIREITOS SOCIAIS

CADERNO DE JURISPRUDÊNCIA

Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º da CF/88)

JURISPRUDÊNCIA

"Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial"¹.

"Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial"².

"A exigência constitucional de lei formal para fixação do valor do salário mínimo está atendida pela Lei 12.382/2011. A utilização de decreto presidencial, definida pela Lei 12.382/2011 como instrumento de anúncio e divulgação do valor nominal do salário mínimo de 2012 a 2015, não desobedece ao comando constitucional posto no inciso IV do art. 7º da Constituição do Brasil. A Lei 12.382/2011 definiu o valor do salário mínimo e sua política de afirmação de novos valores nominais para o período indicado (arts. 1º e 2º). Cabe ao presidente da República, exclusivamente, aplicar os índices definidos legalmente para reajuste e aumento e divulgá-los por meio de decreto, pelo que não há inovação da ordem jurídica nem nova fixação de valor"³.

"É devido o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento"⁴.

"A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da EC 45/2004"⁵.

"Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores ao prazo da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada"⁶.

"É inconstitucional norma que passou a exigir carência de 10 meses de contribuição para a concessão do salário-maternidade para as trabalhadoras autônomas (contribuintes individuais), para as trabalhadoras

¹ STF – Súmula Vinculante 6.

² STF – Súmula Vinculante 4.

³ STF – ADI 4.568.

⁴ STF – Súmula 213.

⁵ STF – Súmula Vinculante 22.

⁶ STF – RE 788.889/PE.



rurais (seguradas especiais) e para as contribuintes facultativas, uma vez que a exigência de cumprimento de carência apenas para algumas categorias de trabalhadoras viola o princípio da isonomia⁷".

"A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade"⁸.

É inconstitucional lei estadual que restringe o número de vagas às mulheres em concursos para Polícia Militar e Bombeiros, uma vez que é proibida expressamente a diferenciação de critérios de admissão em postos do mercado de trabalho por motivo de sexo (art. 7º, XXX), estendendo esta proibição à admissão de servidores públicos, a qual só pode ser excepcionada quando a natureza do cargo o exigir (art. 39, § 3º), sendo que a reserva do número de vagas a serem preenchidas por mulheres deve ser interpretado como uma cota mínima, ficando as demais vagas sujeitas à ampla concorrência de homens e mulheres indistintamente.⁹

Liberdade de associação profissional ou sindical (art. 8º da CF/88)

JURISPRUDÊNCIA

"A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo"¹⁰.

"É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição"¹¹.

Direito de greve (art. 9º da CF/88)

JURISPRUDÊNCIA

"A simples adesão à greve não constitui falta grave"¹².

Geração dos direitos sociais. Reserva do possível. Mínimo existencial. Vedação ao retrocesso. Escolhas trágicas.

JURISPRUDÊNCIA

⁷ STF - ADIs 2.110 e ADI 2.111

⁸ STF – RE 1211446/SP.

⁹ STF - ADI 7484/PI

¹⁰ STF – Súmula Vinculante 40.

¹¹ STF – ARE 1018459

¹² STF – Súmula 316.



Embora seja dos Poderes Legislativo e Executivo, de modo primário, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, é possível que o Poder Judiciário determine, excepcionalmente, que tais políticas sejam implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes¹³.

Não é razoável exigir do Estado a imediata efetivação de direitos econômicos, sociais e culturais previstos na CF, quando comprovada de maneira objetiva a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal. Por outro lado, não pode o Poder Público manipular sua atividade financeira e/ou político administrativa de maneira a criar um obstáculo artificial para se esquivar de disponibilizar condições materiais mínimas de existência aos indivíduos¹⁴.

É lícito ao Poder Judiciário impor à Administração Pública que execute obras emergenciais em estabelecimentos prisionais (presídios) a fim de proteger os direitos fundamentais dos detentos, assegurando-lhes o respeito à sua integridade física e moral, dando efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana¹⁵.

¹³ STF – RE 436.996.

¹⁴ STF – ADPF 45.

¹⁵ STF – RE 592.581.



FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

CADERNO DE JURISPRUDÊNCIA

Ministério Público (arts. 127 a 130-A da CF/88)

JURISPRUDÊNCIA

É inconstitucional lei estadual que atribui ao Procurador-Geral de Justiça prerrogativas próprias dos Chefes de Poder, uma vez que o artigo 2º da CF/88 define como Poder apenas os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, não havendo menção ao Ministério Público como Poder do Estado nem assegura ao procurador-geral prerrogativas típicas dos chefes dos Poderes.¹

É inconstitucional lei estadual que atribui ao Procurador-Geral de Justiça prerrogativas próprias dos Chefes de Poder, uma vez que o artigo 2º da CF/88 define como Poder apenas os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, não havendo menção ao Ministério Público como Poder do Estado nem assegura ao procurador-geral prerrogativas típicas dos chefes dos Poderes.²

Abrangência do Ministério Público

JURISPRUDÊNCIA

"O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União não dispõe de fisionomia institucional própria e, não obstante as expressivas garantias de ordem subjetiva concedidas aos seus Procuradores pela própria Constituição (art. 130), encontra-se consolidado na 'intimidade estrutural' dessa Corte de Contas, que se acha investida – 'até mesmo em função do poder de autogoverno que lhe confere a Carta Política (art. 73, caput, in fine)' – da prerrogativa de fazer instaurar o processo legislativo concernente à sua organização, à sua estruturação interna, à definição do seu quadro de pessoal e à criação dos cargos respectivos. Só cabe lei complementar, no sistema de direito positivo brasileiro, quando formalmente reclamada a sua edição por norma constitucional explícita. A especificidade do Ministério Público que atua perante o TCU, e cuja existência se projeta num domínio institucional absolutamente diverso daquele em que se insere o Ministério Público da União, faz com que a regulação de sua organização, a discriminação de suas atribuições e a definição de seu estatuto sejam passíveis de veiculação mediante simples lei ordinária, eis que a edição de lei complementar é reclamada, no que concerne ao Parquet, tão somente para a disciplinação normativa do Ministério Público comum (CF, art. 128, § 5º)"³.

"O Ministério Público de Contas não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua"⁴.

¹STF - ADI 7219 / RS

²STF - ADI 7219 / RS

³ STF – ADI 789.

⁴ STF - RE 1178617



Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/88)

JURISPRUDÊNCIA

A representação judicial e a consultoria jurídica no âmbito dos estados e no Distrito Federal é única e deve ser conduzida pela Procuradoria-Geral do ente federado⁵.

É inconstitucional dispositivo de Constituição Estadual que prevê a descentralização da Procuradoria Geral do Estado, uma vez que a Constituição Federal não autoriza a descentralização funcional da Procuradoria-Geral do Estado, ocorrendo, no caso, usurpação da competência da Procuradoria Estadual⁶.

É inconstitucional o diploma normativo editado pelo Estado-membro, ainda que se trate de emenda à Constituição estadual, que outorgue a exercente de cargo em comissão ou de função de confiança, estranho aos quadros da Advocacia de Estado, o exercício, no âmbito do Poder Executivo local, de atribuições inerentes à representação judicial e ao desempenho da atividade de consultoria e de assessoramento jurídicos, pois tais encargos traduzem prerrogativa institucional outorgada, em caráter de exclusividade, aos Procuradores do Estado pela própria Constituição da República.⁷

É inconstitucional Dispositivo da Constituição Estadual que confere inamovibilidade aos procuradores estaduais, uma vez que os procuradores são advogados que representam a parte do processo, e, como tal, não têm essa garantia constitucional⁸.

É inconstitucional lei estadual que atribui à Procuradoria Geral do Estado a competência para controle dos serviços jurídicos de empresas públicas e sociedades de economia mista, uma vez que o artigo 132 da CF/88 confere às procuradorias atribuição para representação judicial e a consultoria jurídica nos estados, aí compreendidas a administração pública direta, as autarquias e as fundações, mas não às empresas públicas e sociedades de economia mista⁹.

"A expressão 'procuradores' contida na parte final do inciso XI do artigo 37 da Constituição da República compreende os procuradores municipais, uma vez que estes se inserem nas funções essenciais à Justiça, estando, portanto, submetidos ao teto de 90,75% do subsídio mensal em espécie dos ministros do Supremo Tribunal Federal"¹⁰.

"Os Procuradores da Fazenda Nacional não possuem direito a férias de 60 dias, nos termos da legislação infraconstitucional e constitucional vigentes"¹¹.

"1. A instituição de Procuradorias municipais depende da escolha política autônoma de cada município,

⁵ STF - ADIs 5262, 5215 e 4449

⁶ STF - ADI 241

⁷ STF – ADI 4843/PB

⁸ STF - ADI 1246

⁹ STF – ADI 3536

¹⁰ STF - RE 663696

¹¹ STF – RE 594481



no exercício da prerrogativa de sua auto-organização.

2. É inconstitucional a interpretação de norma estadual que conduza à obrigatoriedade de implementação de Procuradorias municipais, eis que inexistente norma constitucional de reprodução obrigatória que vincule o poder legislativo municipal à criação de órgãos próprios de advocacia pública. Precedentes.

3. É materialmente inconstitucional dispositivo de Constituição Estadual que estabeleça a possibilidade de contratação direta e genérica de serviços de representação judicial e extrajudicial, por ferir a regra constitucional de concurso público.

4. Realizada a opção política municipal de instituição de órgão próprio de procuradoria, a composição de seu corpo técnico está vinculada à incidência das regras constitucionais, dentre as quais o inafastável dever de promoção de concurso público (artigo 37, inciso II, da Constituição Federal) [ressalvadas as situações excepcionais situações em que também à União, aos Estados e ao Distrito Federal pode ser possível a contratação de advogados externos, conforme os parâmetros reconhecidos pela jurisprudência do STF].^{12 "}

Defensoria Pública (arts. 134 e 135 da CF/88)

JURISPRUDÊNCIA

É inconstitucional norma estadual que estabeleça a vinculação da Defensoria Pública Estadual a alguma Secretaria de Estado¹³.

¹² STF - ADI 6331/PE

¹³ STF – ADI 4056.



PODER JUDICIÁRIO

CADERNO DE JURISPRUDÊNCIA

Garantias dos juízes

- O STF entende que, embora o inciso I do parágrafo único do art. 95 da CF/88 fale em “uma de magistério”, é permitido o exercício da magistratura em conjunto com mais de uma função de magistério, desde que não prejudique a atividade judicante¹.

Autonomia organizacional e administrativa do Poder Judiciário

JURISPRUDÊNCIA

É inconstitucional dispositivo de Constituição Estadual que trata do número de desembargadores do Tribunal de Justiça Estadual, por violação ao princípio da simetria e da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário².

É inconstitucional norma de Constituição Estadual de iniciativa parlamentar que, a pretexto de assegurar a efetiva democracia no processo de escolha dos dirigentes dos tribunais, estabeleceu novo universo de eleitores, em desrespeito ao princípio da separação dos Poderes [CF/1988, art. 2º] e a autonomia dos tribunais em eleger seus órgãos diretivos [CF/1988, arts. 96, I, “a”].³

Autonomia financeira do Poder Judiciário

Encaminhando o Judiciário sua proposta orçamentária ao Executivo obedecendo os limites da LDO e demais requisitos previstos no art. 99, § 2º, o chefe do Poder Executivo não pode reduzir unilateralmente o orçamento proposto, cabendo a ele remetê-lo ao Poder Legislativo e, se entender pertinente, solicitar a redução pretendida, conforme entendimento do STF:

JURISPRUDÊNCIA

“É inconstitucional a redução unilateral pelo Poder Executivo dos orçamentos propostos pelos outros Poderes e por órgãos constitucionalmente autônomos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, na fase de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, quando tenham sido elaborados em obediência às leis de diretrizes orçamentárias e enviados conforme o art. 99, § 2º, da CRFB/88, cabendo-lhe apenas pleitear ao Poder Legislativo a redução pretendida, visto que a fase de apreciação

¹ STF – 3.126/DF.

² STF – ADI 170.

³ STF - ADI 5303



legislativa é o momento constitucionalmente correto para o debate de possíveis alterações no Projeto de Lei Orçamentária”⁴.

STF

Competência originária do STF

JURISPRUDÊNCIA

Compete ao Procurador-Geral da República, e não ao STF, dirimir conflitos de competência entre o Ministério Público federal e os Ministérios Públicos dos estados⁵, mas cabe ao Supremo decidir, originalmente, sobre os conflitos de competência entre Ministérios Públicos de estados-membros diferentes⁶.

Compete ao STF julgar mandado de segurança contra ato de Comissão Parlamentar de Inquérito⁷

Competência recursal extraordinária do STF

JURISPRUDÊNCIA

“É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal⁸.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

- Ao rever o processo disciplinar de magistrados, o CNJ pode, inclusive, agravar, abrandar, cancelar ou reformar a decisão revista⁹;
- Os estados-membros não podem criar conselho que funcione como órgão de controle interno ou externo do seu Poder Judiciário (entendimento do STF);
- Outros entendimentos jurisprudenciais importantes:

JURISPRUDÊNCIA

“É inconstitucional, por Constituição Estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades”¹⁰.

⁴ STF – ADI 5287.

⁵ STF – ACO/924.

⁶ STF – ACO 889/RJ.

⁷ STF – MS 23.619/DF.

⁸ STF – Súmula 640.

⁹ STF – MS 33565/DF.

¹⁰ STF – Súmula 649.



*"O Conselho Nacional de Justiça, embora integrando a estrutura constitucional do Poder Judiciário como órgão interno de controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura – excluídos, no entanto, do alcance de referida competência o próprio Supremo Tribunal Federal e seus Ministros (ADI 3.367/DF) –, qualifica-se como instituição de caráter eminentemente administrativo, não dispondo de atribuições funcionais que lhe permitam, quer colegialmente, quer mediante atuação monocrática de seus Conselheiros ou, ainda, do Corregedor Nacional de Justiça, fiscalizar, reexaminar e suspender os efeitos decorrentes de atos de conteúdo jurisdicional emanados de magistrados e Tribunais em geral, razão pela qual mostra-se arbitrária e destituída de legitimidade jurídico-constitucional a deliberação do Corregedor Nacional de Justiça que, agindo 'ultra vires', paralise a eficácia de decisão que tenha concedido mandado de segurança'"*¹¹.

*"os estados-membros carecem de competência constitucional para instituir, como órgão interno ou externo do Judiciário, conselho destinado ao controle da atividade administrativa, financeira ou disciplinar da respectiva justiça"*¹².

Não compete ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da destinação de recursos oriundos de prestações pecuniárias pagas em virtude de condenações criminais, surgidas da atuação jurisdicional, uma vez que viola as garantias de autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário (CF, arts. 96 e 99). Isso porque foram atribuídas ao Conselho Nacional de Justiça, entre outras competências, a de controlar a atuação administrativa e financeira desse Poder (CF, art. 103-B, § 4º) e também ao Conselho da Justiça Federal (órgão com poderes correicionais, cujas decisões possuem caráter vinculante), nos termos do art. 105, § 1º, II, da Constituição Federal, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.¹³

Justiça Federal

JURISPRUDÊNCIA

*"Compete à Justiça Federal comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil"*¹⁴.

"Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de violação de direito autoral de caráter transnacional".¹⁵

Justiça do Trabalho

JURISPRUDÊNCIA

¹¹ STF – MS 28.611 MC-AgR/DF.

¹² STF – ADI 3.367.

¹³ STF – MS 39821

¹⁴ STF – Súmula Vinculante 36.

¹⁵ STF - RE 702362/RG



*"A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04"*¹⁶.

*"A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada"*¹⁷.

*"A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados"*¹⁸.

Justiça Estadual

JURISPRUDÊNCIA

*É constitucional lei estadual iniciada pelo Poder Judiciário que cria novos registros de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, uma vez que os Tribunais de Justiça têm competência privativa para propor leis que disponham sobre serventias judiciais e extrajudiciais*¹⁹.

*"O art. 125, § 3º, da Constituição da República é norma de reprodução obrigatória, cabendo à lei estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça, criar a Justiça Militar estadual e o Tribunal de Justiça Militar"*²⁰

Precatórios

- O STF²¹ entende que o Judiciário não pode aumentar hipóteses de sequestro de verbas para pagamento de precatório, tendo firmado a seguinte tese de repercussão geral:

JURISPRUDÊNCIA

"O deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988."

- As estatais, ainda que integrantes da administração pública indireta, se submetem ao regime de execução típico de direito privado, em que o patrimônio é destinado à quitação da dívida não paga, e não se sujeitam ao regime dos precatórios.

¹⁶ STF – Súmula Vinculante 22.

¹⁷ STF – Súmula Vinculante 23.

¹⁸ STF – Súmula Vinculante 53.

¹⁹ STF - ADI 2127

²⁰ STF - ADI 4360 / RS

²¹ STF – RE 840435 / RS



Logo, é inconstitucional lei estadual que crie a possibilidade de se utilizar para pagamento de precatórios, ou qualquer outra finalidade, valores de depósitos judiciais e administrativos decorrentes de processos em que empresas públicas e sociedades de economia mista da administração indireta sejam parte.²²

- Outros precedentes e entendimentos jurisprudenciais importantes:

JURISPRUDÊNCIA

É necessário o “uso de precatórios no pagamento de dívidas da Fazenda Pública, independente de o débito ser proveniente de decisão concessiva de mandado de segurança, ressalvada a exceção prevista no § 3º do art. 100 da Constituição da República”²³.

“Não se mostra admissível a restituição administrativa do indébito reconhecido na via judicial, sendo indispensável a observância do regime constitucional de precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição Federal”²⁴.

²² STF - ADI 5457/AM

²³ STF – ADPF 250.

²⁴ STF – RE 1420691.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CADERNO DE JURISPRUDÊNCIA

Fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, incisos I a V)

JURISPRUDÊNCIA

A tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF)¹.

[A tese da legítima defesa da honra era utilizada em casos de feminicídio ou agressões contra mulher para justificar o comportamento do acusado. O argumento era de que o assassinato ou a agressão eram aceitáveis quando a conduta da vítima supostamente ferisse a honra do agressor.²]

"A utilização, por qualquer ente estatal, de recursos públicos para promover comemorações alusivas ao Golpe de 1964 atenta contra a Constituição [arts. 1º e 37, caput e § 1º] e consiste em ato lesivo ao patrimônio imaterial da União³".

É inconstitucional, por violação aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, lei municipal que proíbe conteúdo pedagógico relativas a identidade de gênero nos currículos escolares da rede pública, uma vez que a identidade de gênero é manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la. Além disso, o direito à igualdade não se esgota com a previsão normativa de acesso igualitário a bens jurídicos, mas engloba também medidas que efetivamente possibilitem tal acesso e sua efetivação concreta⁴.

Em atenção aos direitos sexuais e reprodutivos da população LGBTI+, o Estado [no caso, o Ministério da Saúde] deve ser garantir o acesso ao agendamento de consultas e exames, independentemente do gênero declarado da pessoa, bem como adequação do formulário da Declaração de Nascido Vivo, em conformidade com a autodeclarada identidade de gênero dos genitores [ou seja, o SUS deve garantir atendimento a pessoas trans também em relação ao sexo biológico].⁵

¹ STF – ADPF 779

² <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511556&tip=UN>.

³ STF – RE 1429329 AgR (Tema 1322)

⁴ STF – ADPF 462

⁵ STF – ADPF 787



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.